

Caderno de Encargos

Concurso de conceção

Requalificação da Escola Básica n.º 1 e Escola Secundária de Vendas Novas

Entidade Adjudicante

Assessoria Técnica



ORDEM DOS ARQUITECTOS
SECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO



ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
Capítulo I - Disposições gerais.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a - Preço base.....	3
Capítulo II - Obrigações contratuais	4
Secção I - Obrigações do prestador de serviços	4
Subsecção I - Disposições gerais	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços	4
Cláusula 5. ^a - Aplicação do artigo 419.º-A do CCP	4
Cláusula 6. ^a - Fases da prestação do serviço.....	4
Cláusula 7. ^a – Esclarecimentos e dúvidas	5
Cláusula 8. ^a - Forma de prestação do serviço	5
Cláusula 9. ^a - Fases e prazos de prestação do serviço.....	6
Cláusula 10. ^a - Responsabilidade pelos erros e omissões do projeto.....	6
Cláusula 11. ^a - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato.....	6
Cláusula 12. ^a - Transferência da propriedade	7
Cláusula 13. ^a - Direito de Autor	7
Subsecção II - Dever de sigilo.....	8
Cláusula 14. ^a - Informação e sigilo.....	8
Cláusula 15. ^a - Prazo do dever de sigilo	8
Secção II - Obrigações do Município de Vendas Novas.....	8
Cláusula 16. ^a - Gestão do contrato	8
Cláusula 17. ^a - Obrigações do Município de Vendas Novas	8
Cláusula 18. ^a - Preço contratual.....	9
Cláusula 19. ^a - Condições de pagamento.....	9
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	10
Cláusula 20. ^a - Penalidades contratuais	10
Cláusula 21. ^a - Força maior.....	11
Cláusula 22. ^a - Resolução por parte do Município Vendas Novas	12
Cláusula 23. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços.....	12
Capítulo IV – Caução e seguros	13
Cláusula 24. ^a - Caução.....	13
Cláusula 25. ^a - Modo de prestação da caução	13



Cláusula 26. ^a - Execução da caução	14
Cláusula 27. ^a - Seguros	14
Capítulo V - Disposições finais.....	14
Cláusula 28. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	14
Cláusula 29. ^a - Comunicações e notificações	15
Cláusula 30. ^a - Contagem dos prazos.....	15
Cláusula 31. ^a - Alteração ao contrato.....	15
Cláusula 32. ^a - Resolução de litígios.....	15
Cláusula 33. ^a – Proteção e tratamento de dados pessoais	15
Cláusula 34. ^a - Legislação aplicável.....	15
CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	16
Cláusula 1. ^a - Local de intervenção.....	16
Cláusula 2. ^a - Elementos a fornecer pelo Município de Vendas Novas.....	16
Cláusula 3. ^a - Constituição da equipa projetista	16
Cláusula 4. ^a - Faseamento do projeto.....	17
Cláusula 5. ^a - Modo de apresentação do projeto.....	18
Cláusula 6. ^a - Serviços complementares	19
Cláusula 7. ^a - Apreciação e aprovação por entidades externas	19



CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e, em anexo, as cláusulas técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual do concurso público de conceção, que tem por objeto a aquisição de serviços para a elaboração do projeto de requalificação da Escola Básica nº 1 e Escola Secundária de Vendas Novas.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelos prestadores de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Preço base

O preço base que o Município de Vendas Novas determinou para a elaboração do projeto de requalificação da Escola Básica nº 1 e Escola Secundária de Vendas Novas e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato é de € 600.000,00 (seiscentos mil euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor.



Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.^a - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de entrega do trabalho em conformidade com a proposta aprovada.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, dos regimes jurídicos das servidões e restrições de utilidade pública incidentes sobre a área objeto de intervenção, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e das normas técnicas de construção.
4. É da responsabilidade do prestador de serviços entregar todos os elementos necessários para apreciação e emissão de pareceres por entidades externas, sendo da responsabilidade do Município de Vendas Novas todos os encargos inerentes à sua emissão.

Cláusula 5.^a - Aplicação do artigo 419.º-A do CCP

Para efeitos da realização da presente prestação de serviços deve ser dado cumprimento ao artigo 419.º-A do CCP, se aplicável.

Cláusula 6.^a - Fases da prestação do serviço

1. Os serviços objeto do contrato devem dar cumprimento ao disposto na Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, e compreendem as seguintes fases:
 - a) **Fase 1** – Estudo Prévio;
 - b) **Fase 2** – Anteprojeto;
 - c) **Fase 3** – Projeto de Execução;
 - d) **Fase 4** – Assistência Técnica.
2. A fase de Estudo Prévio inclui o desenvolvimento do Programa Base selecionado no concurso de conceção.
3. O Anteprojeto/Licenciamento inclui a preparação do processo para efeitos de emissão de pareceres



favoráveis e certificações obrigatórias por entidades externas.

4. O Projeto de Execução deverá integrar os projetos das especialidades necessários à boa execução de cada obra, designadamente os indicados nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.
5. A assistência técnica inclui conforme dispõe a alínea b) do artigo 1.º da Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, os seguintes serviços:
 - a) Prestação de informações e esclarecimentos;
 - b) Acompanhamento da Execução da Obra pelo Coordenador de Projeto e pelos autores do projeto ao dono de obra, a qual deve realizar-se sempre que se revele necessário.

Cláusula 7.ª – Esclarecimentos e dúvidas

1. As dúvidas que o prestador de serviços tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas ao Município de Vendas Novas antes do início da mesma.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução da prestação de serviços a que dizem respeito, deve o prestador de serviços submetê-las imediatamente ao Município de Vendas Novas juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o prestador de serviços responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo repor a situação no estado em que se encontrava anteriormente.

Cláusula 8.ª - Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com periodicidade adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nos prazos previstos, reuniões de coordenação com os representantes ao Município de Vendas Novas, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas por escrito, pelo prestador de serviços, sendo anexada a agenda prévia da respetiva reunião.
3. O prestador de serviços deve apresentar quinzenalmente ao Município de Vendas Novas, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.



Cláusula 9.^a - Fases e prazos de prestação do serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, de acordo com as seguintes fases e prazos:
 - a) **Fase 1** (Estudo Prévio), no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da celebração do contrato;
 - b) **Fase 2** (Anteprojeto), no prazo máximo de 90 dias, a contar da data de comunicação da aprovação da Fase 1 (Estudo Prévio);
 - c) **Fase 3** (Projeto de Execução), no prazo máximo de 180 dias, a contar da data de comunicação da aprovação da Fase 2 (Anteprojeto);
 - d) **Fase 4** (Assistência Técnica), no prazo correspondente à data inicial estabelecida no contrato de consignação da empreitada para execução de cada fase da obra.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do Município de Vendas Novas e/ou a requerimento do prestador de serviços desde que, devidamente fundamentados.
3. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, inclusive conclusão da fase de assistência técnica e telas finais, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
4. Os prazos são suspensos, se necessário for, mediante comunicação ao prestador de serviços, nas seguintes situações:
 - a) Durante o período de verificação da conformidade das fases de projeto;
 - b) Durante o período necessário à consulta e decisão de entidades externas.

Cláusula 10.^a - Responsabilidade pelos erros e omissões do projeto

No caso de erros e omissões decorrentes de incumprimento de obrigações de conceção, deve o Município de Vendas Novas ser indemnizada, conforme previsto nos números 6 e 7 do artigo 378.º do CCP.

Cláusula 11.^a - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município de Vendas Novas procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.



2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Vendas Novas toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do Município de Vendas Novas a que se refere o n.º 1, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais ou programáticas, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas ao presente Caderno de Encargos, ou a necessidade de eventuais alterações indicadas por entidades externas, o Município de Vendas Novas deve de isso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e num prazo a acordar com o Município de Vendas Novas, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Vendas Novas procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise do Município de Vendas Novas a que se refere o n.º 1, comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Vendas Novas.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.
8. Na sequência da revisão de projeto, efetuada por entidade legalmente habilitada e independente deverá prestador de serviços incorporar no projeto as recomendações ou determinações emanadas do revisor e validadas pelo Município de Vendas Novas.

Cláusula 12.^a - Transferência da propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Vendas Novas.

Cláusula 13.^a - Direito de Autor

1. É garantida a salvaguarda do Direito de Autor e a divulgação, pelo prestador de serviços, dos estudos e projetos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos da legislação



aplicável.

2. O prestador de serviços garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente Caderno de Encargos e do contrato de prestação de serviços não violam direitos de autor de terceiros ou qualquer outro direito de propriedade intelectual ou industrial.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 14.^a - Informação e sigilo

1. Deve ser guardado sigilo de toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vendas Novas e ao prestador de serviços, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.^a - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município de Vendas Novas

Cláusula 16.^a - Gestão do contrato

O Município de Vendas Novas designará um ou mais elementos para exercer as funções de Gestor do Contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A do CCP, que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre o Município de Vendas Novas e o prestador de serviços no âmbito da execução do Contrato.

Cláusula 17.^a - Obrigações do Município de Vendas Novas

1. O Município de Vendas Novas, enquanto Entidade Adjudicante, deverá assumir todas as responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18.º, da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º



40/2015 de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, nomeadamente os levantamentos arquitetónico e topográfico, e outros estudos aplicáveis, assim como garantir que, o projeto de execução seja objeto de revisão por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, distinta do autor do mesmo.

2. O Município de Vendas Novas, enquanto Entidade Adjudicante, deverá assumir as suas obrigações de acordo com artigo 17º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, com exceção da elaboração, em fase de projeto, do Plano de Segurança e Saúde cuja responsabilidade é atribuída ao prestador de serviços.
3. Constitui obrigação do Município de Vendas Novas o pagamento das taxas referentes aos processos de licenciamento ou certificações necessárias.

Cláusula 18.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vendas Novas pagará ao prestador de serviços o preço referido na Cláusula 3.ª do Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço contratual não é passível de revisão.
3. O preço referido no n.º 1 desta cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Vendas Novas.
4. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
 - a) Entrega do Estudo Prévio - 15% do preço contratual + IVA;
 - b) Aprovação do Estudo Prévio - 5% do preço contratual + IVA;
 - c) Entrega do Anteprojeto/licenciamento - 20% do preço contratual + IVA;
 - d) Aprovação do Anteprojeto/Licenciamento - 5% do preço contratual + IVA;
 - e) Entrega do Projeto de Execução – 40% do preço contratual + IVA;
 - f) Aprovação Projeto de Execução - 5% do preço contratual + IVA;
 - g) Assistência técnica – 10 % do preço contratual + IVA, sendo o pagamento efetuado da seguinte forma:
 - i) 5% do preço contratual, com a consignação da obra da 1ª fase;
 - ii) 5% do preço contratual, com a consignação da obra da 2ª fase;
5. Caso a obra exceda em mais de 90 dias o prazo inicial estabelecido no contrato de empreitada para cada fase da obra, por motivos que não sejam imputáveis ao prestador de serviços, o Município de Vendas Novas pagará ao prestador de serviços, como trabalhos complementares, honorários e deslocações no âmbito da assistência técnica nos termos e condições previstas no CCP.

Cláusula 19.ª - Condições de pagamento



1. As quantias devidas pelo Município de Vendas Novas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Vendas Novas, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a declaração de aceitação pelo Município de Vendas Novas ou 30 (trinta) dias após entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, caso esta não tenha sido emitida.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Vendas Novas quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 20.^a - Penalidades contratuais

1. O incumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de qualquer fase da prestação de serviços contratada, por facto(s) não resultante(s) de motivo de força maior, ou cuja justificação não haja sido aceite pelo Município de Vendas Novas, pode determinar a aplicação de penalidades ao prestador de serviços, calculadas diariamente, pela aplicação, ao valor da prestação de honorários da fase em curso, das seguintes permissões:
 - i) 1‰ (um por mil), nos primeiros quinze dias;
 - ii) 2‰ (dois por mil), a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
 - iii) 3‰ (três por mil), a partir do trigésimo primeiro e até ao quadragésimo quinto dia; e
 - iv) 4‰ (quatro por mil), a partir do quadragésimo sexto dia.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vendas Novas, pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 10% (dez por cento) do valor de honorários vincendos.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vendas Novas tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º



- do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.
6. O Município de Vendas Novas pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 7. Verificando-se a resolução do contrato por facto não imputável ao prestador de serviços, terá este direito, cumulativamente às seguintes indemnizações:
 - i) O quantitativo correspondente ao valor dos honorários da fase em curso;
 - ii) 10% (dez por cento) dos honorários vincendos, salvo se este quantitativo for inferior ao montante do valor da fase imediatamente subsequente, caso em que será esta a quantia a indemnizatória.

Cláusula 21.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;



- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22.^a - Resolução por parte do Município Vendas Novas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos dispostos no artigo anterior e de resolução previstos na lei, o Município de Vendas Novas pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a 30 (trinta) dias;
 - b) Caso se torne previsível, com elevado grau de certeza, que o atraso respetivo excederá esse prazo, devido a declaração escrita do prestador de serviços nesse sentido ou à ocorrência de facto suscetível de impedir a continuação da prestação dos serviços;
 - c) O incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao prestador de serviços.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas com a antecedência mínima de 30 dias.
3. A aplicação das sanções previstas na cláusula 20.^a e na presente cláusula 22.^a ao Município de Vendas Novas, não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador de serviços nos termos gerais de direito.
4. O Município de Vendas Novas, independentemente da conduta do prestador de serviços, reserva-se, ainda, no direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 334.º e 335.º do CCP.

Cláusula 23.^a - Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - b) Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte do Município de Vendas Novas, possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;



- c) Pelo decurso de 3 (três) anos sobre a data de entrega dos projetos objeto deste contrato, sem que a obra haja sido iniciada;
 - d) Se se verificar a suspensão da eficácia do contrato por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, por causa não imputável ao prestador de serviços;
 - e) Se por facto que lhe não seja imputável não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada dos projetos, no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele ato, ou de 90 (noventa) dias se aquele for inferior a este lapso de tempo;
 - f) O incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Município de Vendas Novas.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vendas Novas, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
 3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV – Caução e seguros

Cláusula 24.ª - Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o prestador de serviços deve prestar uma caução no valor de 2% (dois por cento) do montante total da prestação de serviços, com exclusão do IVA.
2. O prestador de serviços deve, no prazo fixado na notificação a que se refere o n.º 1 do artigo 90.º do CCP, comprovar que prestou a caução.
3. O Município de Vendas Novas pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo prestador de serviços.

Cláusula 25.ª - Modo de prestação da caução

1. A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro mediante garantia bancária ou seguro-caução, elaborada conforme anexo a fornecer pelo Município de Vendas Novas.
2. Se o prestador de serviços prestar a caução mediante garantia bancária ou seguro-caução, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado ou instituição seguradora assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Vendas Novas em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.



Cláusula 26.ª - Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo Município de Vendas Novas, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo Município de Vendas Novas, não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do Município de Vendas Novas para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 27.ª - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade de arquiteto, nomeadamente no decurso da elaboração do Projeto de Execução.
2. O prestador de serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho alterada e republicada pela lei n.º 40/2015 de 1 de junho, de acordo com o artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.
3. O contrato de seguro de responsabilidade civil mencionado no número anterior deverá ser apresentado ao Município de Vendas Novas caso seja por este solicitado.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 28.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve o prestador de serviços apresentar uma proposta fundamentada instruída com todos os documentos de habilitação relativos ao cessionário que forem exigidos ao prestador de serviços no presente procedimento.



3. A cessão da posição contratual rege-se pela previsão do artigo 324.º do CCP.

Cláusula 29.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações referentes a contactos constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 30.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme dispõe a alínea b) do artigo 471.º do CCP.

Cláusula 31.ª - Alteração ao contrato

Qualquer alteração a introduzir no Contrato no decurso da sua execução ou prorrogação do mesmo, será objeto de acordo prévio entre as partes.

Cláusula 32.ª - Resolução de litígios

Quaisquer litígios designadamente a interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 33.ª – Proteção e tratamento de dados pessoais

Nos termos e para os efeitos do previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, o prestador de serviços e o Município de Vendas Novas obrigam-se a cumprir escrupulosamente as suas obrigações em sede de proteção de dados pessoais, previstas na mencionada legislação.

Cláusula 34.ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.



CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a - Local de intervenção

A área do projeto e o âmbito da mesma encontram-se definidas nos Termos de Referência, Programa Preliminar e nos respetivos anexos, patenteados no concurso público de conceção para a elaboração do projeto de requalificação da Escola Básica nº 1 e Escola Secundária de Vendas Novas.

Cláusula 2.^a - Elementos a fornecer pelo Município de Vendas Novas

1. O Município de Vendas Novas para além dos elementos constantes dos Termos de Referência do concurso de Conceção fornecerá todas as informações com relevância para a elaboração dos projetos.
2. O Município de Vendas Novas proporcionará apoio ao prestador de serviços, tomando as diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto.

Cláusula 3.^a - Constituição da equipa projetista

1. A equipa projetista deve ter como coordenador um arquiteto com inscrição ativa na respetiva Ordem Profissional.
2. A equipa projetista deve ser constituída, para além do coordenador, pelos técnicos autores que assegurem todos os estudos, projetos e planos necessários à elaboração do projeto, designadamente:
 - a) Arquitetura;
 - b) Arquitetura paisagista;
 - c) Demolições, escavação e contenção periférica;
 - d) Fundações e estruturas;
 - e) Instalações, equipamentos e sistemas de AVAC;
 - f) Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos;
 - g) Instalações, equipamentos e sistemas elétricos;
 - h) Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações;
 - i) Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas;
 - j) Segurança contra incêndios em edifícios;
 - k) Condicionamento acústico;
 - l) Estudo de comportamento térmico, incluindo pré-certificado (RSECE);
 - m) Sinalética geral e de emergência;
 - n) Sistemas de segurança integrada;
 - o) Gestão técnica centralizada;



- p) Plano de acessibilidades;
 - q) Plano de segurança e saúde em fase de projeto;
 - r) Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição.
3. A equipa projetista referida no número anterior deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, e demais legislação aplicável quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.
4. A equipa projetista só pode ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do Município de Vendas Novas.

Cláusula 4.ª - Faseamento do projeto

O projeto a realizar deve desenvolver a solução do Programa Base apresentado no âmbito do Concurso Público de Conceção para a elaboração do projeto de requalificação da Escola Básica nº 1 e Escola Secundária de Vendas Novas e constará, sem prejuízo, de outros elementos considerados adequados pelo projetista ou constantes de regulamentação específica aplicável, nomeadamente o estabelecido pela Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, dos seguintes elementos:

FASE 1: Estudo Prévio

- a) A elaboração do Estudo Prévio deve dar cumprimento ao disposto na Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto;
- b) Nesta fase, o prestador de serviços deve rever e completar o Programa Base que integra a proposta aprovada a que se refere a alínea d) do n.º2 da Cláusula 2.ª do contrato, tendo presentes as indicações do Município de Vendas Novas e os estudos ou elementos complementares que por esta sejam fornecidos até à data do início da mesma.

FASE 2: Anteprojeto

- a) A elaboração do Anteprojeto deve dar cumprimento ao disposto Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto;
- b) Inclui a preparação da documentação necessária para efeitos de licenciamento nas entidades competentes;
- c) O Projeto de Licenciamento só se considera concluído após pareceres favoráveis emitidos por todas as entidades externas.

FASE 3: Projeto de Execução

- a) Deve ser desenvolvido após aprovação do Anteprojeto. Será constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e



regulamentação aplicável e deve integrar, para além do Projeto ordenador, todos os projetos das especialidades necessárias a uma correta execução, em obra, da proposta de solução aprovada pelo Município de Vendas Novas;

- b) A elaboração do Projeto de Execução deve dar cumprimento ao disposto na Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, incluindo medições e cadernos de encargos por especialidade;
- c) Deve ser assegurada a *Coordenação do Projeto*, nomeadamente no que se refere à coordenação das atividades dos vários intervenientes no projeto, garantindo a adequada articulação da equipa de projeto e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, tal como definido no artigo 8.º da Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto;
- d) Ser objeto de revisão final de projeto em resposta ao relatório de análise do projeto de execução a elaborar pela equipa externa contratada pelo Município de Vendas Novas para esse efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos;
- e) Deve ser considerado um valor de obra que não deverá exceder 17.195.615,98 (dezassete milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos), não incluindo o valor do IVA à taxa legal em vigor.

FASE 4: Assistência Técnica

- a) Os autores e o coordenador de projeto têm a obrigação de garantir a assistência técnica necessária à boa execução da obra;
- b) A Assistência Técnica deve ser prestada, quer na fase do procedimento de formação de contrato de empreitada, quer durante a execução da empreitada até à receção provisória da obra;
- c) As atividades relativas à assistência à obra são definidas pela Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, e inclui a produção de quaisquer peças escritas e/ou desenhadas necessárias à compreensão do projeto ou esclarecimento dessas dúvidas;
- d) A fase de execução de obra deve incluir um mínimo de uma visita por semana dentro do prazo de execução previsto;
- e) No âmbito das visitas referidas na alínea anterior, deve participar o coordenador de projeto e quando se justifique os projetistas das especialidades.

Cláusula 5.^a - Modo de apresentação do projeto

1. As peças escritas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN A4 (210 mm x 297 mm) com orientação vertical e, nos casos em que se justifique, em DIN A3 (297 mm x 420 mm) com orientação horizontal, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo .pdf, ou .xls.
2. As peças desenhadas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN (A3, A2, A1 e A0) de uma forma sistematizada e uniformizada, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos



ficheiros digitais com extensões tipo .pdf e .dwf.

3. Os documentos que integram as várias fases de projeto resultantes da prestação de serviços, serão devidamente subscritos pelos respetivos autores, devendo ser apresentado 1 (um) exemplar em suporte de papel, além do original em suporte digital (pen drive) para cada uma das fases (Fases 1, 2 e 3). Na Fase 2 terão, ainda, de ser apresentados os exemplares exigíveis para consulta a entidades externas.
4. Em fase da adjudicação da empreitada, poderão ser fornecidos ao empreiteiro, ficheiros com extensões tipo .dwg e .xls com vista à preparação de obra, que só podem ser utilizados para efeitos da referida empreitada a ter lugar na sequência da presente adjudicação de serviços.

Cláusula 6.ª - Serviços complementares

1. Quaisquer estudos ou tarefas não compreendidas na proposta aprovada ou nos projetos, tarefas e elementos previstos para as Fases 1 a 4, serão considerados como trabalhos ou serviços complementares, e, portanto, serão objeto de aditamento ao presente contrato, por comum acordo entre as partes, nos termos do artigo 454.º do CCP.
2. Não serão considerados trabalhos complementares a elaboração das Telas Finais, desde que não exista alteração substancial à proposta aprovada na fase de Anteprojeto pelo Município de Vendas Novas.

Cláusula 7.ª - Apreciação e aprovação por entidades externas

1. Compete ao prestador de serviços instruir o processo de modo a obter, junto das entidades externas certificadoras, a emissão de pareceres favoráveis que se revelem obrigatórios nos termos da legislação em vigor, bem como os necessários ao pleno cumprimento da prestação de serviços.
2. O disposto no número anterior não invalida que o Município de Vendas Novas, tenha que assegurar, na qualidade de requerente, a subscrição dos formulários que o prestador submeta para o efeito.
3. Os encargos financeiros com os pedidos de pareceres mencionados no n.º 1 desta cláusula, serão da responsabilidade do Município de Vendas Novas.
4. Os projetos deverão ser submetidos à apreciação por entidades externas na Fase 2.
5. Os documentos a submeter nas entidades externas deverão seguir os trâmites exigidos pelas mesmas.

Vendas Novas, 09 de julho de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas

Valentino Salgado Cunha